

Política

Ciro Gomes assina filiação ao PDT

■ O ex-ministro Cid Gomes assinou ontem, em Brasília, a filiação ao PDT. Em ato na sede do PDT nacional, em Brasília, representantes do partido fizeram menções sobre uma possível candidatura à Presidência em 2018. Cid nega o anúncio com três anos de antecedência de que pode ser candidato em 2018 e diz que chega ao partido para preparar o caminho da militância. "Não entro no PDT para ser candidato."

É ingênuo dizer que corrupção terminaria com fim do financiamento privado.

Gilmar Mendes
Ministro do Supremo

Cid é condenado a indenizar Cunha

■ O Tribunal de Justiça do Distrito Federal condenou ontem o ex-ministro Cid Gomes (Educação) a indenizar o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, em R\$ 50 mil por danos morais. Cunha processou Cid depois que o ex-ministro o acusou, em março, no plenário da Câmara, de "fazer achaque" no Congresso. A declaração foi feita momentos antes de Cid pedir demissão do ministério.



STF retoma julgamento sobre doações eleitorais

Gilmar Mendes votou a favor do financiamento de campanhas por empresas

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes votou ontem contra a proibição de doações eleitorais por empresas. O STF retomou o julgamento sobre a possibilidade de pessoas jurídicas injetarem dinheiro em campanhas eleitorais, após o caso ter ficado parado um ano e cinco meses por pedido de vista, feito em abril de 2014 pelo próprio ministro, o que gerou críticas contundentes de entidades defensoras da reforma política. O placar, agora, é de seis votos a favor e dois contra esse tipo de doação. Caso nenhum ministro mude de opinião, a decisão será confirmada.

O voto de Mendes junta-se ao de Teori Zavascki. Ainda não votaram os ministros Rosa Weber, Cármen Lúcia e o decano da Corte, o ministro Celso de Mello.

Atualmente, a lei eleitoral

permite a doação de empresas para campanhas. Gilmar já declarou em várias ocasiões que eventual mudança no entendimento deve ser feita pelo Congresso. A votação no STF ocor-

CARLOS HUMBERTO / STF / CP



Mendes levou mais de ano para votar

re no momento em que o Congresso aprovou entendimento contrário ao da maior parte dos ministros do Supremo. Na quarta-feira da semana passada, a Câmara dos Deputados votou projeto de lei confirmando a regra de que empresas podem doar para campanhas, apesar de o Senado ter decidido antes proibir a prática. A nova lei aguarda a análise da presidente Dilma Rousseff, que poderá sancionar ou vetar a regra.

O entendimento firmado pelo STF somente poderá ser aplicado às eleições municipais de outubro de 2016 se a votação for encerrada até 2 de outubro, um ano antes do pleito. A decisão da Corte será definitiva e independe do juízo de Dilma Rousseff sobre o projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados, na semana passada, que autorizou o financiamento.

Taline Oppitz

taline@correiodopovo.com.br



Projetos dos pacotes de ajuste avançam

Convicção pessoal, despreensão política futura e inexistência do temor por desgastes, segundo interlocutores, são os fatores que movem o governador José Ivo Sartori. Apesar das reivindicações e críticas do funcionalismo, e da pressão de corporações, entidades e da oposição, contra iniciativas que integram os pacotes de ajuste fiscal, Sartori não tem demonstrado que irá recuar. Ontem, antes do início da sessão plenária, em fala no Piratini, Sartori sustentou a manutenção do regime de urgência nas propostas e foi além, sem contemporizar, afirmando que o parlamento havia sido "ultrajado" na terça-feira, quando servidores impediram a entrada dos deputados na Assembleia. Apesar das acusações da falta de diálogo, o fato é que a postura de Sartori, aliada à articulação, está tendo reflexos em plenário. O projeto de alterações na Previdência, considerado pelo Executivo um dos prioritários dos pacotes, e um dos mais polêmicos, com maiores resistências, passou com folga. O tema é debatido há anos, com pouquíssimos avanços. Com a manutenção da aprovação – que deve ser questionada pela Ajuris na Justiça –, será forte o impacto a longo prazo. A proposta estabelece previdência complementar e limita as aposentadorias do funcionalismo, de todos os poderes, ao teto do regime geral, hoje em R\$ 4,6 mil. As regras valerão apenas para novos servidores, que ingressarem no serviço público após a vigência da legislação e terá reflexos principalmente para setores melhor remunerados, como Judiciário, Defensoria Pública e Fazenda.

Sem prazo, projetos polêmicos ficam no papel

Criticada por deputados, dependendo de que lado do balcão estão, a prerrogativa de pedido de regime de urgência, que limita a tramitação de projetos na Assembleia a no máximo 30 dias, foi utilizada por todos os governos com um argumento muito realista: propostas polêmicas, sem prazo de votação, nunca sairão do papel.

RICARDO GIUSTI



Mais fácil do que o esperado

■ A decisão das bancadas do PT e do PSol, de se retirarem da sessão por não concordarem com a proibição do ingresso de servidores nas galerias, acabou limitando as discussões e facilitando muito a

vida de aliados do governo em plenário. Ao definirem por sessão fechada, com o argumento da necessidade de manter a segurança após as tensas manifestações de terça-feira, parlamentares sabiam que os debates na tribuna acabariam abreviados por falta de plateia, mas não esperavam que seria ainda mais fácil, com a ausência quase que total de adversários. Da oposição, apenas deputados do PCdoB e PTB permaneceram no plenário.

Governo estima déficit de R\$ 6,2 bi para 2016

O governo encaminhou à Assembleia projeto do orçamento para 2016. A proposta prevê déficit de R\$ 6,2 bilhões. São estimados R\$ 62,5 bilhões de despesas e R\$ 56,3 bilhões de receitas. Apesar do congelamento de salários estipulado na LDO, com previsão de apenas 3% para cobrir o crescimento vegetativo da folha, estão previstas as duas parcelas do reajuste aprovado na gestão Tarso à área da segurança e a manutenção da aplicação dos 12% para a saúde. A previsão do déficit pode ser reduzida em cerca de R\$ 1,8 bilhão no caso de aprovação do aumento de ICMS.

Apartes

■ Foi protocolado na Comissão de Ética da Assembleia recurso regimental contra a decisão do corregedor Marlon Santos, de arquivar denúncia envolvendo suposto funcionário fantasma no gabinete de Juliano Roso. O documento foi assinado por Diógenes Basegio, que enfrenta processo de cassação na Casa e por seu advogado no âmbito do Legislativo, Ricardo Giuliani.

■ Aliados do governo precisam estar preparados para a sessão da próxima terça-feira, data em que o projeto do ICMS passa a trancar a pauta. Ela promete ser bem diferente da tranquilidade das votações de ontem.

Petista rechaça limitação a vice-líderes

A votação de requerimento de urgência para um projeto que limita os pronunciamentos de vice-líderes de partidos no plenário da Câmara gerou ontem discussão acalorada e ataques ao presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Durante o debate, o deputado Alessandro Molon (RJ), vice-líder do PT na Casa, subiu à tribuna do plenário, chamou o peemedebista ironicamente de "majestade" e o acusou de atuar como em uma "ditadura".

Cunha não rebateu as críticas e se limitou a ex-

plicar tecnicamente as decisões tomadas na condução dos trabalhos. A discussão teve início com a análise de um pedido de urgência que visava acelerar a tramitação de proposta de mudança no regimento para restringir as comunicações em plenário ao líder de um partido ou ao primeiro-vice-líder. Molon criticou Cunha após o presidente da Casa retirar a urgência de pauta. Segundo Molon, Cunha sempre tira projeto de pauta quando percebe que uma proposta de seu interesse será derrubada.

APEDIDO

SIMMERS

APELO AO PDT

O Ministério do Trabalho emitiu portaria, claramente atendendo aos interesses dos donos dos hospitais, acabando com o direito ao adicional de periculosidade dos trabalhadores expostos à radiação emitida pelo aparelho de raio-X móvel, usado em UTIs, salas de emergência e outros ambientes de saúde.

O presidente do Sindicato Médico entregou pessoalmente, nesta quarta-feira em Brasília, ao ministro do Trabalho, Manoel Dias, único representante do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Governo Dilma, documento pedindo que o direito seja imediatamente restabelecido a médicos e outros funcionários de estabelecimentos hospitalares.

O adicional foi conquistado há décadas e cassado justamente pelo partido que se intitula defensor dos direitos trabalhistas, envergonhando a memória do ex-governador Leonel Brizola.

Confiamos que o PDT não será instrumento dos interesses patronais.

A Verdade faz bem à Saúde.

Dr. Paulo de Argollo Mendes
Presidente

Porto Alegre, 17 de setembro de 2015.

Dra. Maria Rita de Assis Brasil
Vice-presidente